

# Eleições municipais serão em 15 de novembro

Brasília—Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — Quase 70 milhões de eleitores irão às urnas no dia 15 de novembro deste ano para eleger os prefeitos e vereadores de mais de 4 mil municípios do país. A decisão foi tomada pela Constituinte, sob aplausos das esquerdas e das galerias, ao rejeitar emenda do senador Aureo Melo (PMDB-AM) que propunha a prorrogação dos mandatos por um ano. Quatrocentos e dezoito parlamentares votaram contra a emenda, 19 a favor e 11 se abstiveram. O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, foi um dos 19 constituintes que apoiaram a prorrogação.

Minutos antes, a Constituinte decidiu que os eleitos em 15 de novembro terão mandato de quatro anos, recusando, também por ampla maioria, a proposta de um mandato-tampão de dois anos, apresentada sob o pretexto de permitir a coincidência das eleições municipais com as estaduais.

**Tendência** — A emenda, de autoria dos deputados Gilson Machado (PFL-PE) e Rosa Prata (PMDB-MG), foi apoiada pelo líder do PFL, deputado José Lourenço. “O Brasil não suporta eleições todos os anos”, disse. Mesmo assim só obteve 111 votos a favor. Trezentos e quarenta e sete parlamentares ficaram contra e seis se abstiveram. Esse resultado deixou clara a tendência do plenário para a votação seguinte e fez muitos prorrogacionistas mudarem de voto.

Ao subir à tribuna para encaminhar sua proposta, o senador Aureo Melo foi recebido aos gritos de “retira, retira”, partidos das bancadas ocupadas pela esquerda e pelo grupo do PMDB que segue a liderança do senador Mário Covas. “Se as eleições presidenciais foram marcadas para 1989, nada mais lógico que sejam acompanhadas pelas eleições municipais”, disse Melo, explicando que apenas pretendia a coincidência dos pleitos. Em seguida, tentando atrair os votos dos parlamentares que concorrerão ao cargo de prefeito, perguntou: “Como é que os 150 deputados que são candidatos poderão fazer campanha se a Constituição só for promulgada em setembro?”.

**Protestos** — Nesse momento, os protestos no plenário aumentaram. “Chega”, “fora”, gritavam. Irritado, o senador amazonense tentou prosseguir seu discurso: “Quero lembrar essas vozes maviosas que ouço vindas da minha direita...”

Foi interrompido por Ulysses: “Terminou o tempo de Vossa Excelência, queira concluir”, disse o presidente da Constituinte, que começou a soar a campainha para obrigar o orador a descer da tribuna.

— Vossa Excelência está mutilando o meu discurso. Ainda tenho muita coisa para dizer — protestou Aureo Melo.

— Além de querer prorrogar mandatos com sua emenda, Vossa Excelência, está agora querendo prorrogar seu tempo na tribuna — repreendeu Ulysses.

Cada vez mais irritado, Aureo Melo perdeu o controle e concluiu seu discurso. Antes de descer para o plenário revelou outro tipo de preocupação com as eleições deste ano. “Parablenho o PT, o PSB, o PCB e o PC do B, que serão os grandes vitoriosos nas eleições de novembro”.

**Votos contra** — Votaram contra a realização de eleições municipais este ano e a favor da prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores: Alarico Abib (PMDB-PR), Alexandre Puzina (PMDB-SC), Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), Aureo Melo (PMDB-AM), Cleonânio Fonseca (PFL-SE), Eunice Michiles (PFL-AM), Francisco Amaral (PMDB-SP), Gerson Marcondes (PMDB-SP), Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Jairo Carneiro (PFL-BA), José Melo (PMDB-AC), José Tinoco (PFL-PE), Maurício Nasser (PMDB-PR), Messias Góis (PFL-SE), Saldanha Derzi (PMDB-MS), Raimundo Resende (PMDB-MG), Renato Johnson (PMDB-PR), Rubem Branquinho (PMDB-AC) e Santinho Furtado (PMDB-PR).

Abstiveram-se os seguintes constituintes, além do presidente Ulysses Guimarães: Ângelo Magalhães (PFL-BA), Carlos de Carli (PMDB-AM), Carrel Benevides (PMDB-AM), Eliezer Moreira (PFL-MA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Jaime Azi (PFL-BA), Jonival Lucas (PFL-BA), Lael Varela (PFL-MG), Melo Reis (PDS-MG) e Waldeck Ornellas (PFL-BA).



Sidnei Biasi apertou o chapéu que trazia às mãos quando a reeleição se inviabilizou

## Áureo acha governo o grande perdedor

“Quem vai lucrar com essa eleição são os pequenos partidos, os partidos radicais, os que estão revoltados com a política econômica do governo. O governo é que será o grande derrotado”. A previsão é do senador Aureo Melo (PMDB-AM), autor da derrotada proposição de prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores. Logo que sua emenda caiu, ele se retirou para o seu gabinete — “estava cansado e com muita coisa atrasada” —, embora garantisse não estar magoado com a derrota.

Áureo Melo, de pequena estatura e rosto rechocado, sempre muito risinho, foi à tribuna defender a prorrogação sob um coro para que a retirasse. “Eu já esperava a derrota, porque já sabia que o pessoal, em matéria de política, está meio abnubilado. Trocando em miúdos, com a visão muito curta”, disse ele, confidenciando que na hora da votação ainda teve um pouco de esperança na aprovação em razão do apoio do líder do governo no Senado, Saldanha Derzi.

Ele acredita que as eleições municipais este ano têm vários complicadores, como o fato de o fim dos trabalhos da Constituinte estar previsto somente para setembro, o que dará “apenas dois meses para os parlamentares que são candidatos a prefeito fazerem campanha”, ou pelo atraso que a campanha provocará na elaboração da legislação ordinária. Melo disse ter levado sua proposta até o fim pelo apoio recebido de incontáveis prefeitos e vereadores.



Nas galerias, as emendas pela prorrogação foram aplaudidas

## Prefeitos pediam prorrogação

Os cerca de 70 prefeitos de pequenas cidades do interior começaram a abandonar silenciosamente as galerias da Câmara, tão logo Ulysses Guimarães declarou prejudicada a emenda do deputado Jovani Masini (PMDB-PR), que lhes permitia o direito de disputarem a reeleição a 15 de novembro, para um mandato de mais quatro anos.

Alguns, porém, ainda se revelavam esperançosos. O prefeito licenciado de Rio Claro, Lincoln Magalhães, que deixou a função para ser secretário do governador Orestes Quércia e, atualmente, ocupa a presidência da Comgás, garantia: “No segundo turno, vamos lutar pela aprovação da emenda do deputado Mi-

chel Temer (PMDB-SP), que suprime a proibição de irrelegibilidade dos prefeitos.”

Assim, por omissão, eles poderiam disputar a reeleição em novembro. Mas vai ser difícil. A Câmara deve aprovar hoje o projeto que regulamenta as eleições municipais, e as convenções se realizarão entre 15 de julho e 14 de agosto, quando a Constituinte ainda deverá estar discutindo a nova Carta.

Alvorçados com a possibilidade de continuarem governando suas cidades, com um orçamento municipal engordado em 20% a partir de 89, devido à reforma tributária, os prefeitos reuniram-se de manhã no auditório da liderança do PMDB, liderados por Lincoln Magalhães.

## ‘Tampão’ era a alternativa

Sidnei Biasi, prefeito de Novo Horizonte (SP), exigia na Constituinte o direito a uma reeleição para mais quatro anos de mandato. Chapéu de vaqueiro e bigodes que fariam inveja a um mexicano, Biasi liberou seu lado folclórico e passou o resto da reunião no auditório da liderança do PMDB fazendo caras e bocas para fotógrafos e cinegrafistas. Já o prefeito de São Paulo do Sapucaí, também em São Paulo, Antônio Carioca, ameaçava: os deputados que não apoiassem a reeleição, não teriam o apoio dos atuais prefeitos e vereadores em 1990, tese endossada por Giniño Marchior, de Jardinópolis (SP). Carioca chegou a ser explícito: eles queriam governar mais um ano, pelo menos, com os recursos resultantes da reforma tributária.

Depois de muita discussão, começou a surgir um acordo. Os deputados Gilson Machado (PFL-PE), Jovani Masini (PMDB-PR) e César Cals Neto (PDS-CE) anunciaram que se dispunham a fundir suas emendas sobre a eleição municipal. Pela nova redação, os prefeitos poderiam tentar se reeleger para um mandato-tampão de dois anos. Os que fossem eleitos pela primeira vez poderiam disputar a reeleição em 1990.

**Confusão** — Todos de acordo, chegou o senador Aureo Mello (PMDB-AM) e, em termos candentes, passou a defender sua emenda, que simplesmente prorrogava os

mandatos municipais por um ano. Muitos prefeitos apoiaram então essa proposta, e Lincoln Magalhães custou a convencer os mais rebeldes a aceitar o mandato de dois anos.

A etapa seguinte foi a procura de apoios, que vieram de forma muito vaga. O senador Mário Covas disse que rejeitava a tese do mandato-tampão, mas não se oporia à reeleição para mais quatro anos, já que sempre defendera isso. O relator Bernardo Cabral seguiu na mesma linha. O deputado Antônio Brito (PMDB-RS), como outros, foi seco: “Sou simplesmente contra qualquer reeleição”.

Sem apoios claros, Masini e Cals não sabiam o que fazer. Fundiam ou não suas emendas, já que Gilson Machado recuara? Depois de muita discussão, resolveram fundilas. Dez minutos depois, sem receberem apoios, voltavam atrás.

O primeiro sinal de que as coisas não caminhavam bem foi a rejeição da emenda do deputado Rosa Prata, que admitia a reeleição, em 1990, dos prefeitos e vereadores eleitos em novembro próximo. A proposta de Cals, que permitia a reeleição dos atuais prefeitos para mais dois anos, também foi derrotada por 347 votos contra 111. E, finalmente, a de Masini — reeleição para mais quatro anos — nem entrou em debate. Foi declarada prejudicada por Ulysses.